



A emergência histórica do lazer revisitada

*Cleber Dias**

RESUMO

O artigo analisa criticamente as conclusões mais recorrentes acerca da história do lazer, assunto que se articula, de maneira mais geral, com a economia política e com a formação do capitalismo contemporâneo. Por meio de uma ampla revisão, o artigo questiona ideias muito difundidas de que a Inglaterra do século 19 teria sido a época e o lugar para uma aguda e inédita transformação nas formas de organizar os tempos e as recreações. Não obstante as mudanças que de fato estavam ocorrendo nessas instâncias naquele contexto, o artigo argumenta que antigos hábitos persistiram e que as transformações nessa esfera foram lentas e graduais, além de estarem social e regionalmente concentradas. Além disso, transformações análogas também eram registradas, na mesma época, fora da Inglaterra. A ênfase na singularidade das transformações na Inglaterra, portanto, além de controversa, dado que dependiam de acontecimentos desenrolados em outros lugares, é produto de um viés nacionalista e etnocêntrico.

Palavras-chave: história; cultura; tempo.

The historical birth of leisure revisited

ABSTRACT

The article analyzes critically the more usual conclusions about the history of leisure, a subject that articulates itself with the political economy and the history of contemporary capitalism. Through an extensive review, the article questions the widely disseminated idea that 19th century England would have been the time and place for an acute and unprecedented transformation in the ways to organize social times and to structure recreations. Despite the changes that were taking place in those instances in that context, the article argues that old recreations persisted and that transformations in this sphere were slow and gradual, in addition to being socially and regionally concentrated. Besides, analogous transformations

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X02305013>

Artigo recebido em 2 de outubro de 2020 e aceito para publicação em 5 de março de 2021.

* Professor da Universidade Federal de Minas Gerais / Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte/MG – Brasil. E-mail: cleberdiasufmg@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9126-5992>.

were also registered, at the same time, outside England. The emphasis on the supposed English singularity, therefore, besides being debatable and inadequate, given that it depended on events unfolded elsewhere, is the product of a nationalist and ethnocentric bias.

Keywords: history; culture; time.

El surgimiento histórico del ocio revisitado

RESUMEN

El artículo analiza críticamente las conclusiones más recurrentes sobre la historia del ocio, tema que se articula más generalmente con la economía política y la formación del capitalismo contemporáneo. A través de una extensa revisión, el artículo cuestiona las ideas generalizadas de que la Inglaterra del siglo XIX fue el momento y el lugar de una transformación brusca y sin precedentes en las formas de organizar el tiempo y la recreación. No obstante los cambios que efectivamente se venían produciendo en estas instancias en ese contexto, el artículo argumenta que los viejos hábitos persistieron y que las transformaciones en este ámbito fueron lentas y paulatinas, además de concentradas social y regionalmente. Además, también se registraron transformaciones análogas, al mismo tiempo, fuera de Inglaterra. El énfasis en la singularidad de las transformaciones en Inglaterra, por lo tanto, además de ser controvertido, dado que dependieron de eventos que ocurrieron en otros lugares, es producto de un sesgo nacionalista y etnocéntrico.

Palabras clave: historia; cultura; tiempo.

Introdução

A partir de que momento histórico seria adequado classificar como “lazer” diversas formas de ocupação do tempo livre do trabalho? Esta pergunta tem sido geralmente encarada como “o problema da emergência histórica do lazer”. A sua mera formulação nesses termos tem como pressuposto a existência de uma ruptura nos modos modernos e pré-modernos de se ocupar o tempo livre. Pois perguntar-se a partir de quando certas atividades podem ou não ser tratadas conceitualmente como lazer pressupõe que houve um momento em que não podiam. De acordo com esse pressuposto, sociedades modernas teriam criado uma maneira peculiar de organizar seus tempos sociais, que seria caracterizada, entre outras coisas, por uma aguda separação entre trabalho e lazer. Segundo o mesmo pressuposto, foi este fato fundamental – a separação entre o trabalho e o não trabalho – que teria dado origem histórica ao lazer, que seria então uma consequência de transformações históricas mais amplas, notadamente a divisão social do trabalho e o modo de produção capitalista.

Ainda de acordo com esse mesmo pressuposto, a organização dos tempos de sociedades pré-modernas seria bastante distinta desse arranjo moderno, na medida em que trabalho e não-trabalho não seriam concebidos ali como momentos separados, na exata medida em que sociedades pré-modernas também não conheceriam divisão social do trabalho intensa e suas economias não estariam organizadas de um modo capitalista. Nesse sentido, a definição conceitual das ocupações do tempo fora do trabalho como lazer seria uma particularidade histórica de sociedades modernas ocidentais, não podendo, portanto, ser adequadamente utilizado para descrever experiências de não trabalho de sociedades pré-modernas ou não ocidentais.

Seguindo ainda as implicações desse pressuposto, seria correto reconhecer que em todos os tempos e lugares as pessoas se divertiram. No entanto, o significado atribuído a essas experiências, quando desenroladas em contextos pré-modernos, teria sido diferente dos significados atribuídos a experiências do mesmo tipo desenroladas em contextos modernos.

Trabalhos como os de Keith Thomas (1964), Edward Thompson (1967), Stella Margetson (1969), Hellen Meller (1976), John Lowerson e John Myerscough (1977), Robert Malcolmson (1979), James Walvin (1978) e Peter Bailey (1987) estabeleceram as linhas gerais dessa interpretação, oferecendo-lhe descrição empírica detalhada, além de terem situado tais transformações em uma época e um lugar específico: a Inglaterra do século 19. Esses trabalhos também fixaram uma explicação para esse processo supostamente original de separação social dos tempos de trabalho e não trabalho. Conforme argumento reiterado de variadas formas por esses autores e por outros depois deles, a Revolução Industrial teria sido a causa fundamental desse processo. A Revolução Industrial, portanto, seria o determinante em última instância da separação entre trabalho e não trabalho, que teria dado origem a uma inédita maneira de se estruturar os tempos sociais e os modos de fruição dos momentos fora do trabalho, a que chamamos desde então de lazer.

Porter (2001) resumiu da seguinte forma a estrutura geral dessa interpretação: “o Reino Unido foi, com efeito, o primeiro país onde foram levantadas em grande escala as questões ligadas à organização do trabalho e dos lazeres e à urbanização sem precedentes que a revolução industrial produziu” (p. 21). Na sequência, ele conclui, “a história do uso do tempo livre reproduz o esquema geral do desenvolvimento da sociedade industrial” (p. 57). Segundo interpretações predominantes sobre o assunto, tudo isso constituiria, em suma, “a grande divisão” que se convencionou chamar de “revolução do lazer” (BAKER, 1979).

Conforme o esquema geral desse argumento, a industrialização inglesa deslocou a estrutura ocupacional da agricultura para a indústria e das oficinas domiciliares para as fábricas, onde instituíam-se uma segregação entre os lugares de trabalho, de descanso e de diversão. Nesses novos locais de trabalho teriam se instituído também um inédito regime disciplinar de organização do tempo, cada vez mais regulamentado e determinado, dali em diante, pelo artificial ritmo das máquinas, ao invés dos tradicionais ritmos da natureza. Nesses novos ambientes industriais haveria poucas possibilidades de alternância entre trabalho, descanso

e diversão, apenas reforçando a separação entre essas esferas. A concentração da força de trabalho promovida por essa nova estrutura ocupacional implicou ainda maior adensamento populacional. A urbanização, associada a jornadas de trabalho mais extensas, criava uma massa concentrada de consumidores, que já não dispunham de espaços ou de tempo disponível para fornecerem a si mesmos suas próprias recreações, como acontecia até então em ambientes pré-industriais, fomentando, dessa maneira, uma demanda por novas formas de diversão, distinta das tradicionais, na medida em que ofertadas, dali em diante, de maneira comercial por profissionais especializados.

Embora existam críticas a respeito dessas conclusões, é certo dizer que tais ideais ainda conformam o entendimento predominante sobre a história do lazer. Neste artigo, porém, pondo em dúvida este consenso, meu objetivo é reexaminá-lo criticamente. O argumento central do artigo é que vários aspectos dessas usuais explicações para o processo de emergência histórica do lazer devem ser criticados e alguns deles devem mesmo ser rejeitados, uma vez que parte de seus fundamentos são suposições que hoje sabemos controversas ou incorretas. Não devemos dar por certo, por exemplo, que as diversões da Inglaterra do século 19 foram tão amplamente afetadas por aquele extenso conjunto de transformações associadas à industrialização. Ao lado das transformações nos costumes que de fato se processavam, muitos hábitos antigos sobreviveram, de modo que continuidades e descontinuidades estiveram simultaneamente presentes. Também não devemos dar por certo que certas mudanças nos modos de se fruir os tempos fora do trabalho fossem uma particularidade da Inglaterra, pois coisas semelhantes aconteciam em outros lugares, na mesma época. Do mesmo modo, a divisão social do trabalho e as suas correspondentes especializações de funções e compartimentalizações da vida em diferentes esferas não é uma exclusividade de sociedades industriais. Assim, o lugar comum amplamente disseminado de que a Inglaterra do século 19 foi o primeiro país onde uma revolução nos lazeres teve lugar, deve ser questionado.

Podemos desconfiar das imagens edificadas e difundidas por esta historiografia canônica sobre o lazer a respeito do modo de organização dos tempos, do trabalho e das diversões em sociedades tradicionais, pré-modernas ou não ocidentais. É correto que a concepção de trabalho e lazer como esferas sociais diferentes e separadas não é necessariamente uma constante antropológica universal, conforme várias pesquisas têm registrado (CHICK, 1998; MINGE-KLEVANA, 1980; WHITROW, 1993). Segundo estimativas de Garry Chick (2006, p. 45), evidenciando os modos socialmente variados de se relacionar com o tempo e de se conceber as relações entre trabalho, descanso e “lazer”, apenas 10% das línguas faladas no mundo em princípios do século 21 tinham um equivalente à palavra inglesa “*leisure*” (lazer). No entanto, todos os grupos humanos conhecidos têm ou tiveram jogos, músicas, “artes decorativas” ou outras atividades análogas realizadas com propósitos lúdicos. Além disso, a produção de excedentes econômicos, especialmente a oferta abundante de comida, bem como a formação de grandes agrupamentos, a intensificação da divisão social do tra-

balho, a aceleração dos processos de inovação tecnológica, a elevação da produtividade e a ampliação do tempo desobrigado de trabalho, apontados por parte da teoria antropológica (“*surplus theory*”) como condições necessárias para a “produção da cultura”, são fenômenos datados ao menos desde a Idade do Bronze (3000 a.C.-1200 a.C.), quando se desenvolve e se dissemina a agricultura, ao mesmo tempo em que surgem as primeiras grandes cidades (JUST, 1980; SPRACKLEN, 2011).

Tudo isso sugere que o contraste entre moderno e pré-moderno tem sido exagerado e a atribuição de pioneirismo à Inglaterra industrial ou mesmo à Europa moderna em matéria de transformações culturais relativas ao trabalho e ao lazer podem ser questionadas como parte de visões etnocêntricas. A suposição de uma diferença fundamental entre concepções cíclicas ou lineares de tempo, isto é, entre modos industriais ou pré-industriais de se relacionar com o tempo, reivindica uma alteridade de natureza entre o Ocidente moderno e todas as demais culturas que é artificial e exagerada (cf. O’MALLEY, 1992).

Desde os meados da década de 1990, estudiosos da história do lazer confrontam-se com uma crítica, elaborada inicialmente por Burke (1995), de que a concentração das pesquisas sobre a Inglaterra do século 19 e confinadas a problemática da revolução industrial produzia uma ênfase excessiva e inadequada nas discontinuidades que estariam se processando naquele período. Atualmente, inclusive, parece haver já certo consenso de que esta ênfase de fato obstruiu um entendimento mais profundo e de longo prazo sobre os desenvolvimentos históricos do lazer (cf. MALLINCKRODT; SCHATTNER, 2016). Desde então, diversas pesquisas têm exibido que inovações nas formas de se ocupar o tempo livre processavam-se em várias regiões da Europa, desde o século 16 ou até antes, com o surgimento, expansão ou transformação de maneiras de se divertir, tais como jardins públicos, teatros comerciais, balneários, livrarias, bibliotecas, salas de concertos, além de locais para comer, beber, fumar, jogar e dançar (ALBRECHT, 2019; ARCANGELI, 2003; HARWICK, 2008; MARFANY, 1997; BURKE, 1995; CLARK; HOUSTON, 2008). Conforme palavras de Borsay e Furnée (2016), “embora não possa haver dúvida sobre os efeitos transformadores de longo prazo da urbanização e da industrialização em larga escala, seria implausível argumentar que lazer, no sentido mais amplo, não existia em sociedades pré-industriais” (p. 4).

Considerando que a revolução industrial inglesa usualmente serve de modelo típico ideal para interpretações a respeito da história do lazer e de outros temas mais diretamente ligados a esse campo semântico, notadamente o trabalho, o consumo e ainda a economia política e a formação histórica do capitalismo contemporâneo, visitar esse contexto é oportuno. Nesse sentido, a primeira pergunta que devemos nos fazer é em que medida exatamente tais transformações afetavam o amplo conjunto da população inglesa do período? Pois uma outra maneira de interpretar tais acontecimentos é reconhecê-los como restritos a regiões e grupos específicos, afetando, portanto, número relativamente pequeno de pessoas. Além disso, contrariando parte das afirmações que geralmente dão sustentação a todo o arcabouço

interpretativo para as abordagens predominantes sobre a história do lazer, a temporalidade dessas transformações, com efeito, está limitada a um período histórico bastante específico: os anos finais do século 19 e mais ainda as décadas iniciais do século 20. Em particular, dois aspectos são críticos para as transformações gerais ligadas ao surgimento de um modo supostamente inédito de organização social dos tempos: a extensão da jornada de trabalho e sua contrapartida de liberação de tempo para o lazer, bem como a elevação geral dos salários reais e dos níveis de vida, com suas implicações sobre a disponibilidade de recursos para o consumo supérfluo ou de luxo. Analisar mais detidamente o quanto esses aspectos de fato estiveram presentes na Inglaterra do século 19 é bastante relevante para sustentar ou refutar interpretações históricas sobre transformações do lazer naquele contexto.

O alcance social da “revolução do lazer” na Inglaterra do século 19

O quanto a industrialização inglesa do século 19 foi realmente capaz de diminuir o número médio de horas de trabalho do conjunto da população no período, aumentando seus tempos livres em contrapartida, é um assunto controverso. Em geral, estima-se que o número total de horas trabalhadas em um ano aumentou entre meados do século 18 e meados do século 19, ao mesmo tempo em que o número de folgas e feriados teria diminuído nesse mesmo período, reforçando o efeito de redução do tempo livre e aumento do tempo de trabalho. Apenas depois de 1830, mas especialmente depois de 1850, uma tendência geral de redução do número médio de horas de trabalho teria se iniciado na Inglaterra, cujos resultados, mesmo assim, representariam apenas uma recuperação dos patamares de meados do século 18.

Há uma sucessão de episódios ao longo da segunda metade do século 19 que são geralmente apontados como indicativos desse processo. Um dos primeiros e mais importantes marcos nesse sentido, conforme reiteradamente apontado pela historiografia especializada, foi a promulgação da “Lei da Fábrica” (*Factory Act*), em 1833, como ficou conhecida a primeira legislação que limitava o número de horas de trabalho em certos setores industriais. Nas décadas de 1840 e 1850, o chamado “Movimento das Dez Horas” (*Ten Hour Movement*) conseguiu realizar parte das suas reivindicações, que diziam respeito ao meio feriado aos sábados para trabalhadores da indústria têxtil, o que teria reduzido o número médio de horas de trabalho semanal e anual, ao menos para os setores que gozaram de tal privilégio. Na medida em que esta regulação foi progressivamente sendo adotada por outros setores, como o dos bancários, mineradores ou construtores, organizações de trabalhadores ousaram reivindicar redução ainda maior das horas de trabalho por volta da década de 1870, no que logo foi chamado de “Movimento das Nove Horas”. Em 1890, reivindicações trabalhistas já apelavam para uma jornada limitada às oito horas diárias – no que foi presumivelmente chamado de “Movimento das Oito Horas” (CUNNINGHAM, 2016).

Todavia, em que pese tais acontecimentos, uma série de objeções pairam sobre as interpretações que veem nisto o anúncio de uma redução gradual e generalizada da extensão da jornada de trabalho. Ato legislativo que limitaram o número máximo de horas de trabalho geralmente contemplaram apenas os setores cujos trabalhadores eram mais bem pagos, mais organizados e por isso mesmo tinham maior poder de pressão política. Na prática, a ênfase sobre o trabalho nas fábricas excluiu desses mecanismos de proteção legal a maior parte da força de trabalho inglesa do período, que afinal não estava em fábricas (FREEMAN, 2019). Além disso, de início, as leis tratavam apenas do trabalho de crianças ou mulheres. Apenas depois de 1850 o esforço parlamentar para a construção de um arcabouço legal para proteção do trabalhador assimilou homens adultos como parte dessas preocupações. Mesmo na existência dessas leis, a sua fiscalização e aplicação eram difíceis, geralmente limitando-se aos grandes estabelecimentos industriais.

Mais importante talvez sejam as limitações documentais que fundamentam conclusões a respeito desse assunto. Para períodos anteriores a 1850, quando não havia ainda pesquisas censitárias ou domiciliares, as fontes que permitem estimativas sobre o número de horas de trabalho são escassas, o que limita comparações e conclusões definitivas. Conforme palavras de Hans-Joachim Voth (2000), “nós sabemos surpreendentemente pouco sobre o modo como o uso do tempo mudou entre os meados do século 18 e os meados do século 19” (p. 1). Joel Mokyr (2018), no mesmo sentido, também enfatizou as limitações no conhecimento histórico sobre a extensão das jornadas de trabalho. Nas palavras dele, “nós simplesmente não sabemos com qualquer precisão quantas horas eram dedicadas ao trabalho na Grã-Bretanha antes da revolução industrial” (p. 32).

Se não é possível saber com precisão quantas horas eram dedicadas ao trabalho antes de 1850, como então concluir que houve redução ao longo do século 19? Não por acaso, as estimativas disponíveis são divergentes, apontando, quando muito, apenas para uma diversidade regional, ocupacional e temporal nas circunstâncias que afetavam as horas de trabalho e de lazer da população da época. Um operário de uma fábrica têxtil de Lancashire em 1840 trabalhava em condições diferentes de um camponês de Kent em 1820, tanto quanto um bancário de Londres em 1860 vivia experiências diversas das de um taberneiro em Northampton em 1880. Seria inadequado, portanto, fazer generalizações abrangendo, indistintamente, o trabalho na Grã-Bretanha do século 19 como um todo. Ao invés desta categoria genérica e abstrata, havia, na prática, agricultores, comerciantes, vendedores, operários, fiandeiros, carregadores, maquinistas, costureiras, açougueiros, marceneiros e garçons, entre muitas outras ocupações, que trabalhavam no Norte ou no Sul, na cidade ou no campo, em áreas mais ou menos povoadas. Nesse contexto, diferentes grupos ocupacionais estiveram sujeitos a circunstâncias que não necessariamente afetavam indiscriminadamente todos os mercados de trabalho.

Além disso, períodos de mecanização da produção – ou pelo menos os seus momentos iniciais – costumam coincidir com a intensificação da exploração do trabalho, não com a

sua diminuição (SCHOR, 2006). Embora existam ainda divergências ao redor do assunto, cheio de nuances sobre a comparabilidade dos resultados obtidos por diferentes pesquisadores, um conjunto extenso de evidências históricas e antropológicas parece sugerir que o número de horas de trabalho em sociedades caçadoras-coletoras, agrícolas e industriais perfaz uma espécie de U invertido. A transição da caça-coleta para a agricultura resultaria em aumento das jornadas de trabalho. Na transição entre a agricultura e a industrialização a tendência permaneceria, aumentando ainda mais a extensão das jornadas de trabalho. Na medida em que a industrialização se dissemina, afetando vários setores da economia e elevando a produtividade geral do trabalho, ocorreria então uma progressiva diminuição na extensão das jornadas, sem perdas de rendimentos.

Coerentemente, uma das imagens mais poderosas da industrialização inglesa do século 19 é a das chamadas “fábricas do diabo”, onde homens, mulheres e crianças trabalhavam até 16 horas por dia. Foram justamente essas condições que mobilizaram esforços políticos para impor regulações capazes de limitar o número de horas de trabalho no setor industrial. Não por acaso, falou-se já de “revolução industriosa”, ao invés de “revolução industrial”, a fim de enfatizar como o aumento da exploração da intensidade do trabalho, e não inovações tecnológicas, é que foram decisivamente responsáveis pelo aumento da produtividade que gerou a revolução industrial entre os séculos 18 e 19 (DE VRIES, 1994). Assim, o consumo intensivo de tempo de trabalho nos setores mais modernos da economia inglesa do século 19 no início da industrialização tendia de certo modo a dificultar, ao invés de facilitar, o gozo de mais oportunidades de lazer.

Outro aspecto controverso e fundamental para as interpretações sobre a emergência histórica do lazer é o real nível de melhoria dos padrões de vida do conjunto da população britânica ao longo do século 19 – assunto vastamente debatido pela historiografia europeia dedicada a revolução industrial. De um lado, estão os historiadores identificados como “otimistas”, mais concentrados nos rendimentos e para quem a industrialização elevou os salários e permitiu padrões de vida melhores, isto é, acesso a bens de conveniência ou até a bens de luxo em alguns casos. De outro lado, porém, há os chamados “pessimistas”, para quem a elevação das rendas era restrita a apenas alguns setores e ainda compensadas pelo concomitante aumento do custo de vida e pela degradação dos ambientes urbanos, que tornava o cotidiano mais insalubre, com salários reais menores e padrões de vida piores.

Segundo conclusões recentes, ao menos até meados do século 19, a tendência geral parecia mesmo ser de crescimento lento, estagnação ou até depressão salarial. Conforme dados apresentados por Thomas Piketty (2014) para a França e para a Grã-Bretanha, entre 1800 e 1860, os salários nesses países estagnaram em níveis muito baixos, “próximos ou mesmo inferiores aos do século XVIII e aos dos séculos anteriores” (p. 15). Nesse sentido, amplas taxas de desemprego, aumento do preço de alugueis e redução propriamente dita de salários – mesmo em setores tecnologicamente mais avançados, como a indústria do

algodão – teriam sido elementos presentes na paisagem histórica da Inglaterra do século 19 (cf. JONES, 1983).

Apenas a partir de meados do século 19, especialmente a partir do seu último terço, é que os salários começaram indiscutivelmente a aumentar, o que traria consequências para a dinâmica social dos tempos de trabalho e de lazer. Até o fim daquele século, uma melhoria geral dos padrões de vida de fato seria registrada. Mesmo “pessimistas” como Hobsbawm (2000) reconheceram que uma melhoria dos padrões de vida parece inegável até o fim daquele século. Conforme observação dele, “nenhum estudioso sério nega que o grosso das pessoas no nordeste da Europa estavam materialmente em melhores condições em 1900 do que em 1800” (p. 84).

O aumento de produtividade promovida pela transferência de trabalhadores da agricultura para fábricas, onde o acúmulo de capital, o emprego de novas tecnologias, a adoção de novos métodos gerenciais e também salários comparativamente maiores que outros setores mais tradicionais da economia a partir de meados do século colaboraram para uma progressiva elevação geral das rendas desse momento em diante. Reinvidicações e acordos legais também desempenharam papel nesse processo. O aumento crescente na oferta de produtos agrícolas e manufaturados, associado a uma diminuição dos custos de transportes permitidos por inovações tecnológicas, permitiram diminuição dos preços desses itens, elevando indiretamente a renda de trabalhadores e ampliando, assim, as possibilidades de consumo, mesmo entre os pobres. Café, açúcar, tabaco, especiarias, roupas, jornais, revistas, livros e logo viagens, restaurantes, bicicletas ou instrumentos musicais tornavam-se cada mais amplamente acessíveis ao longo do período, constituindo a primeira grande onda de “democratização do luxo” (BRANTLINGER, 1990).

Com efeito, o crescimento econômico sustentado, associado a esta elevação dos rendimentos ou dos salários reais tenderam a ampliar o tempo de lazer entre o quartel final do século 19 e sobretudo ao longo da primeira metade do século 20 (TOMKA, 2013; GERSHUNY, 2000). Nesse contexto, muitos trabalhadores puderam optar em reduzir a extensão de suas jornadas, ao mesmo tempo em que ampliavam os seus padrões de consumo. Conforme resumiu Piketty (2014), “todas as sociedades desenvolvidas escolheram, à medida que enriqueceram, trabalhar menos para desfrutar de mais tempo livre” (p. 90). Tudo isso, porém, são fundamentalmente fenômenos do século 20, ainda que se possa alegar corretamente que foram acontecimentos do século 19 que criaram condições para a sua realização.

Aspectos tradicionais da modernidade britânica

Ao longo de boa parte do século 19, a maior parte da população britânica seguia vivendo de acordo com velhos costumes e subordinada a circunstâncias sociais ainda bastante

tradicionais. A industrialização da Inglaterra foi lenta e seus efeitos fizeram-se notar mais visivelmente apenas depois de 1850 ou 1860, quando não muito depois. Até por volta de 1860, setores tradicionais da economia, tais como a agricultura e a manufatura doméstica, respondiam por quase 80% de toda a economia inglesa (MOKYR, 1987).

Por quase todo o século 19, portanto, boa parte dessa população trabalhava em fazendas, pequenas lojas e oficinas manufatureiras domésticas. Mesmo o setor classificado nessa época como “industrial” constituía-se, em grande medida, por pequenas manufaturas domésticas, dedicadas a produção de bens de consumo (sobretudo vestuários, alimentos e móveis), financiada e dirigida pela própria família, empregando até no máximo cinco artesãos ou trabalhadores não qualificados, além de utilizarem tecnologias bastante simples. Tudo muito distante, em suma, das típicas imagens de indústrias propriamente ditas, isto é, grandes aglomerações, empregando capital intensivo, operando em larga escala, com muitos processos mecanizados e abrangendo também a produção de bens de capital. Era justamente a excepcionalidade das grandes fábricas siderúrgicas, metalúrgicas, de carvão ou de tecidos o que impactava os sentidos e chamava a atenção dos contemporâneos da Inglaterra do século 19.

Essas grandes e poucas instalações propriamente industriais, empregando centenas ou as vezes até milhares de operários, fixaram uma imagem que se tomou depois como característica generalizada de uma época, apesar de estarem confinadas, naquele momento, a apenas alguns setores produtivos de algumas regiões. Como disse já Mayer (1987), em se tratando do século 19, a industrialização era mais um presságio do futuro do que uma realidade do presente. No século 19, ele segue, a produção em larga escala, em linhas de montagem mecanizadas, com relações de produção propriamente capitalistas, era como um arquipélago rodeado por vastos oceanos de agricultura e manufatura tradicional. No mesmo sentido, Mokyr (1987) afirmou que a industrialização inglesa, a princípio, teria sido, nas palavras dele, “algo insignificante e inclusive ridícula” (p. 460). Jones (1983) também criticara já as conclusões que situam a revolução industrial inglesa entre os meados do século 18 e os princípios do século 19, quando tais transformações não se identificam claramente. Segundo ele, quem quiser encontrar provas do impacto social direto das transformações econômicas e culturais da industrialização deve buscar em períodos muito posteriores (p. 45). Com efeito, o atual consenso historiográfico sobre a revolução industrial inglesa postula uma transformação lenta e gradual (VOTH, 2000; MOKYR, 2018).

No geral, então, transformações decorrentes da industrialização foram graduais, limitadas a alguns setores produtivos e regionalmente concentradas. A sociedade inglesa do século 19, como de resto outras sociedades, não se industrializou em sua totalidade, mas sim em alguns setores específicos, localizados, além disso, em regiões determinadas. Não era bem na Inglaterra, portanto, que se viam os efeitos mais imediatos da industrialização, mas sim na produção de aço, algodão, linho ou lã, em regiões específicas, como Oldham, Bolton, Bristol, Nottingham, South Shields, Manchester ou Birmingham. Mesmo assim, por mais

inovadores que fossem as transformações tecnológicas ou organizacionais do trabalho de alguns setores dessas regiões, eles ainda envolviam relativamente poucas pessoas e não prescindiam de produtos vindos de manufaturas domésticas mais tradicionais – frequentemente localizadas em povoados rurais.

Mesmo em alguns setores mais tecnologicamente avançados, como nas fábricas de aço e ainda mais nas têxteis, parte da produção ainda era realizada em pequenas oficinas domésticas, em um sistema chamado “*putting out*”, onde um comerciante fornecia matéria-prima e comprava depois o produto manufaturado, vendendo-os então a fábricas, que os finalizavam (MEDEIROS; PRADO, 2019). Nesse modo de produção, artesãos que chefiavam as oficinas conseguiam manter em grande medida a liberdade para regular o número de horas, a intensidade e a organização de seus trabalhos – o que não significa que trabalhassem pouco ou que a mesma autonomia estivesse disponível nos mesmos termos para as suas esposas, filhos, aprendizes e ajudantes, pois regimes domésticos ou “tradicional” de trabalho poderiam ser tão violentos e penosos quanto o regime disciplinar das fábricas (FREEMAN, 2019; O’MALLEY, 1992). Em todo caso, até mesmo em algumas das regiões mais industrializadas da Inglaterra, a maioria seguia trabalhando em fazendas, pequenas lojas ou oficinas domésticas.

Em 1850, Lancashire era a região com maior concentração de fábricas de algodão da Inglaterra, que era um dos setores da economia inglesa mais industrializados no período, responsável por cerca de 40% de todas as exportações do país (JONES, 1983, p. 48). Nessa época, Lancashire respondia por 70% das fábricas de algodão da Inglaterra e empregava 74% de toda a mão de obra desse setor. No entanto, esse contingente representava menos de 3% da população ativa da região no período (BAIRD, 2002). Do mesmo modo, em Oldham, um dos principais centros industriais de Lancashire, a maioria dos operários da cidade trabalhava manualmente em suas próprias casas até por volta do final da década de 1820. Apenas vinte anos depois, por volta do final da década de 1840, a maioria dos operários da cidade estaria trabalhando dentro de fábricas (JONES, 1983, p. 27). Daí se nota o quão limitado era o alcance imediato dessas transformações.

Para tornar o quadro ainda mais complexo, o momento em que transformações com relação a esse estado de coisas de fato se tornaram mais visíveis, isto é, ao longo da segunda metade do século 19, especialmente no seu quartel final, coincide com o momento em que se processava uma transferência da vanguarda tecnológica industrial para outros países, sobretudo Estados Unidos e Alemanha, para não citar algumas regiões da Bélgica e da França (CHANDLER JR., 1990). Assim, ao longo da segunda metade do século 19, quando os efeitos sociais da industrialização foram se tornando pouco a pouco mais evidentes, havia já outras regiões bastante industrializadas fora da Inglaterra.

Nesses termos, se a industrialização de fato é um vetor de transformação nos modos de uso e ocupação do tempo livre, como usualmente se diz, então a Inglaterra do século 19

talvez já não fosse o lugar mais adequado para gerar as condições capazes de transformar as estruturas de recreações da época. Não deve surpreender, portanto, que algumas das inovações que se mostrariam depois bastante importantes para o surgimento de novas modalidades de lazer, como os cafés, a opereta, o melodrama, o cinema, o rádio, a bicicleta, as lojas de departamento ou mesmo a roda gigante e a montanha russa, tenham sido criadas fora da Inglaterra.

O mito do pioneirismo inglês oitocentista na “revolução do lazer”

Tal como as próprias mudanças na estrutura de trabalho, inovações nos modos de organização das recreações inglesas também se realizavam gradual e lentamente ao longo do século 19, devendo, além disso, serem vistas dentro de suas heterogeneidades regionais e de classe, tal como a própria industrialização em geral. A disseminação dessas inovações nos lazeres era tão vagarosa quanto a disseminação dos modos industriais de organização do trabalho, ou talvez mais, concentrando-se, de início, em grupos relativamente pequenos dos estratos sociais intermediários e superiores.

Em grande medida, as diversões da Inglaterra do século 19 seguiam formatos e estruturas ainda bastante tradicionais. Alguém que tivesse conhecido as diversões típicas de meados do século 18 e pudesse ter testemunhado o mundo de um século depois, em meados do século 19, possivelmente não notaria grandes diferenças. Missas, feiras, tabernas, festas religiosas e eventualmente espetáculos teatrais de variedades ou de cantores de balada constituíam o repertório básico das opções de lazer disponíveis. Tudo isso, todavia, compunha o universo dos entretenimentos populares desde muito antes (*cf.* BURKE, 2010). Novidades como excursões de trem para piqueniques no campo já existiam por volta da década de 1830, graças, sobretudo, às inovações nos transportes que permitiram deslocamentos mais longos por preços mais baixos. Como regra, no entanto, isto ainda estava acessível a grupos mais ou menos limitados. O turismo de massa, capaz de envolver setores realmente amplos da sociedade, precisaria esperar o alvorecer do século 20 (BOYER, 2003).

No século 19, para a maior parte da população, o tempo disponível para o lazer ainda era bastante limitado. Em 1844, um clérigo de Suffolk registrara com certo espanto que trabalhadores daquela região já não possuíam nenhuma área livre para diversões (HOBBSAWM, 2014, p. 92). Décadas depois, em sentido semelhante, memórias de um alfaiate nascido em 1890 registraram um testemunho sobre os diversos obstáculos que existiam para a fruição de mais lazeres na vida de um membro dos estratos sociais populares na Inglaterra, em circunstâncias que afetavam muitos no campo e nas cidades: o excesso de trabalho, a fadiga, a falta de dinheiro, a escassez de espaços e as interdições legais. Nas palavras deste alfaiate:

Quando eu era jovem não havia esportes em nossas vidas. As horas de trabalho eram longas e os homens estavam cansados demais para jogar. Eles não tinham dinheiro. Quando eu tinha 10 anos, eu precisava trabalhar setes horas por dia para ajudar minha família entregando leite antes e depois da escola. Não havia campos de esportes fornecidos pelos poderes públicos. Sábado era um dia de trabalho e jogos não eram permitidos aos domingos¹ (REID, 2000, p. 747-748).

Afora a pura e simples falta de tempo, o período por volta das décadas de 1840 e 1860 coincide com o auge de movimentos organizados contra recreações populares na Inglaterra. Esses movimentos, muitas vezes de origem religiosas, bastante comprometidos com a ética do trabalho, que era prescrito como virtude, enquanto o ócio era enquadrado como pecado, lograram a interrupção de excursões de trem, o fechamento de pubs em certos horários de alguns dias da semana, além da retirada de bandas de música dos parques de algumas cidades (em Londres e Liverpool, por exemplo). Leis dessa época concedendo férias a algumas ocupações foram recebidas por esses movimentos como uma maldição, enquadradas como responsáveis pelo aumento potencial das apostas, do consumo de bebidas e de outros gastos classificados por esses grupos como extravagantes. Por algum tempo, a oposição desses grupos às diversões populares teve efeitos práticos. Excursões de trem foram reintroduzidas apenas na década de 1870 e música nos parques apenas na década de 1890. O funcionamento de cinemas aos domingos em razão de interdições religiosas estivera proibido na Inglaterra até a década de 1930, enquanto apostas em corridas de cavalo nesse dia da semana foram liberadas pela lei apenas na década de 1990 (REID, 2000; HORN, 2012).

Mesmo em cidades com maior densidade demográfica ou maior concentração de atividades industriais, como Londres ou Manchester, onde transformações podiam ser notadas de modo mais visível, o conjunto da população não as experimentava todas da mesma maneira e nas mesmas intensidades. Em Manchester, por exemplo, a sexta cidade mais populosa da Europa no final do século 19, inauguraram-se novos espaços para o divertimento de sua população depois de 1860 – mas apenas depois de 1860: dois novos teatros, duas novas salas de concerto e diversos *music halls*. Em 1868, estimava-se que mais de 15 mil pessoas frequentavam esses novos espaços de lazer (GUNN, 2008). Era uma estimativa bastante impressionante, não por acaso registrada com entusiasmo pelos novos jornais diários recentemente lançados e apoiada pelos ricos industriais da cidade (GAY, 2001, p. 59-90). No entanto, a acreditar nessas estimativas, essa expansão das diversões em direção aos teatros, *music halls* e salas de concerto envolveria apenas cerca de 4% da população da cidade, calculada em cerca de 330 mil pessoas por volta da década de 1860.

¹ Tradução minha. No original: “When I was young there were no sports in our lives. Working hours were long and the men were too tired to play. They had no money. When I was ten I had to help my family working with a milkman before and after school, for seven hours a day. There were no sports grounds provided by the Councils as there are now. Saturday was a working day and games were not allowed on Sunday”.

Em Londres, a situação social geral também tinha muitas ambiguidades. De um lado, havia uma verdadeira erosão de recreações populares. Tradicionais barracas de licores haviam desaparecido quase inteiramente da cidade entre o fim do século 19 e o começo do século 20. Passatempos populares como brigas de galo, corridas de rato ou concurso de cantos de pássaros também haviam quase desaparecido por completo nessa época. De outro lado, novas modalidades de diversão iam progressivamente ocupando o espaço social deixado pelas antigas. O número de salas de teatro passou de 25 em 1850, para mais de 50 no fim do século 19 (BAUDEMONT, 1993, p. 79). De maneira mais impressionante, o número de *music halls* passou de 23 em meados da década de 1860, para mais de 500 em meados da década de 1880 (JONES, 1983, p. 201-202).

Todavia, a erosão de certos passatempos, bem como a criação de novos espaços ou modalidades de lazer, não testemunham apenas transformações que se processavam nos modos de se divertir, mas expõem também a persistência com que antigos costumes se perpetuavam por outros meios. O crescente mercado editorial, por exemplo, que pode ser visto como uma importante fonte de inovação para os lazeres, na medida em que servia de veículo para divulgação de novas práticas, ao mesmo tempo em que ampliava as possibilidades de integrar a leitura como mais uma modalidade de lazer (*cf.* PLUMB, 1982), também reproduzia e ampliava, por outro lado, elementos de uma tradicional cultura popular. A crescente comercialização de livros baratos vinculava antigas histórias, tanto quanto a venda de partituras musicais registrava antigas baladas (BRIGGS, 2012). Do mesmo modo, novos espaços de lazer comercial como os “jardins de prazer” (*pleasure gardens*) ou os *music-halls* usualmente serviam de palco para espetáculos já há muito conhecidos, como apresentações de ilusionistas, palhaços, fantoches, menestréis ou animais adestrados. Com frequência, esses espaços comerciais tornaram-se novos meios de vida para antigos artistas de rua. Conforme conclusões de Judd (1983), “o mais impressionante aspecto da cultura popular de Londres no século 19 foi a resiliência e a imutabilidade de várias formas de entretenimento” (p. 27).

Simultaneidades e concatenações globais na emergência histórica do lazer

Todas essas ponderações, porém, não negam transformações que realmente se processaram sobre o modo de organização do trabalho e do lazer na transição entre os séculos 19 e 20. Conforme observação de Borsay e Furnée (2016), já destacada na introdução, não pode haver dúvida acerca dos efeitos transformadores de longo prazo que a industrialização exerceu sobre o modo como se estruturaram o trabalho, o lazer e mesmo as concepções de tempo daí em diante.

A partir de meados do século 19, aproximadamente, de modo um pouco diferente do que existia antes, espaços de lazer foram edificados especialmente para a finalidade a que se

prestavam, isto é, oferecer diversão e entretenimento. Já não se tratava de um hotel, cujo propósito principal é hospedar viajantes, mas onde também se podiam realizar eventualmente apresentações teatrais; tampouco um bar ou *pub*, cuja principal razão de existir é a venda de comidas e bebidas, mas que também podia promover ocasionalmente jogos ou espetáculos musicais. Além disso, o acesso a esses novos espaços, de certo modo diferindo novamente do que existia até então, não dependia de ser aceito por uma associação, participar de uma corporação ou mesmo viver em certo bairro; dependia apenas da disponibilidade financeira para comprar ingressos ou consumir comidas e bebidas. Isto de fato representou uma revolução: a revolução comercial do lazer – uma espécie de correlato, no âmbito específico das diversões, da revolução do consumo, que se processava, na mesma época, de maneira mais ampla e geral (cf. CAMPBELL, 2001; MCKENDRICK; BREWER; PLUMB, 1982).

Assim, alguém que tivesse conhecido as diversões típicas do início do século 19 e pudesse ter conhecido as diversões disponíveis um século depois, no início do século 20, possivelmente ficaria surpreso: parques de diversões com rodas gigantes e montanhas russas, transmissão de concertos musicais por telefones, corridas de automóveis, passeios de bicicletas, cinemas e logo audição de música em rádios. Nada disso existia nem remotamente em 1800. A partir do século 20, de fato, um novo mundo de lazeres estaria crescentemente disponível e boa parte das práticas que o caracterizava poderiam ser classificadas como “industriais”, isto é, produzidas mecanicamente e comercializadas em larga escala.

Com efeito, porém, foi apenas a partir do final do século 19 e sobretudo ao longo das primeiras duas ou três décadas do século 20 que tudo isso viria à tona. Nessa época, a extensão média da jornada de trabalho diminuiu progressivamente e de maneira socialmente ampla, ao mesmo tempo em que os rendimentos médios aumentaram e parte crescente dos lazeres se tornaram “industriais” (GERSHUNY, 2000; REID, 2006; TOMKA, 2013).

Tais inovações, todavia, não estiveram confinadas à Inglaterra. Ao contrário, se aceitarmos que uma “revolução do lazer” acontecia na Inglaterra apenas a partir dos últimos anos do século 19, além de seus efeitos estarem mais concentrados sobre alguns grupos de algumas regiões, ao invés de amplamente disseminados, conforme argumentamos antes, então transformações semelhantes no modo de se organizar as diversões e se estruturar o trabalho e os tempos sociais poderiam ser identificadas na mesma época em vários outros lugares, o que torna a ênfase sobre supostos pioneirismos de um país, em particular, uma escolha mais ou menos arbitrária.

Embora uma análise desse processo global não seja possível nos limites deste artigo, a abundante historiografia sobre o assunto oferece evidências de que “revoluções dos lazeres” também se processavam em vários locais a partir do quartel final do século 19 em termos muitíssimos semelhante daqueles da Inglaterra. Na Europa continental, por exemplo, tanto na sua porção Ocidental quanto na Oriental, estudos sobre Paris, Berlim, Viena, Budapeste, Madrid, Lisboa, Istambul, São Petersburgo ou Moscou revelam, nesses diferentes locais e a

partir dessa época, a crescente inclinação da vida social em direção aos espaços de sociabilidade pública, com o surgimento e paulatino predomínio de formas de diversão comercial (cf. KIRL, 2016; HAHN, 2009; WHITE, 2014; HEMMING, 2009; WEBER, 1989; SCHORSKE, 1979; HANÁK, 1998; SCOTT, 2008; CHARLE, 2012; MELTON, 2004; TOMKA, 2013; SILVA, 2016; RYABOVA, 2017; PARSONS, 2003; PLATT; BECKER; LINTON, 2014; EISENBERG; GESTRICH, 2012). Havia limitações e obstáculos a esses processos, é verdade, mas análogos àqueles identificados também na Inglaterra. Rigorosamente no mesmo sentido, também na América Latina, na Ásia e mesmo em alguns pontos da África, certos grupos, de certas cidades dessas regiões, também se mostravam integrados a dinâmicas desse mesmo tipo (cf. MARZANO; MELO, 2010; DIAS, 2018; FUMERO, 2005; ATEHORTÚA, 2013; SOLANO DE LAS AGUAS, 1995; RUIZ PATIÑO, 2017; MUÑOZ CABREJO, 2001; MESTYAN, 2013; YAMOMO, 2018).

Além disso, igualmente importante, se prosperidade econômica de fato tiver sido uma condição de possibilidade relevante para a emergência histórica do lazer, então o modo de integração de países periféricos nos circuitos do capitalismo internacional foi um elemento chave desse processo, na medida em que o “milagre europeu” que tornou possível a elevação geral dos níveis de renda, de consumo e de tempo livre foi possível em grande medida graças a existência de grandes mercados consumidores fora da Europa, bem como aos recursos naturais extraídos nas Américas, na Ásia ou na África, frequentemente com emprego de trabalho escravo (POMERANZ, 2013; WILLIAMS, 2012; SCOTT, 2004; BRAND; WISSEN, 2021; PIKETTY, 2020).

Nesses termos, uma interpretação histórica sobre o lazer restrita aos limites da Inglaterra tem pouca utilidade. Sem os enormes mercados consumidores espalhados ao redor do mundo ou sem o algodão, o ouro ou a prata extraída por trabalhadores escravizados nas Américas, não haveria escala, matérias-primas ou recursos energéticos suficientes para a grande expansão econômica europeia que tornou possível os ganhos de produtividade, a elevação das rendas e a ampliação da quantidade de tempo livre disponível ali, conformando o amplo conjunto de circunstâncias históricas usualmente associada com a “emergência histórica do lazer”.

A continuidade de pesquisas desde a publicação dos primeiros trabalhos dedicados à história do lazer, datados entre as décadas de 1960 e 1980, oferecem agora um conjunto de evidências que autorizam ou mesmo exigem uma reavaliação das interpretações mais usuais. Achados e conclusões recentes sugerem que os paradigmas e conceitos utilizados para o estudo histórico do lazer precisam ser revisados. O lazer é um fenômeno histórico transnacional e de longa duração. Por um lado, várias transformações associadas a emergência história do lazer têm antecedentes, alguns dos quais temporalmente remotos, situados até mesmo em contextos anteriores ao período moderno (MARFANY, 1997; SPRACKLEN, 2001; ALBRECHT, 2019; ARCANGELI, 2003). Por outro lado, em um mundo desde muito interligado, é difícil, quando não impossível, atribuir pioneirismo a um único país no

processo de criação de novas dinâmicas culturais (cf. CONLIN, 2015). O hábito de confinar as pesquisas históricas aos limites geográficos de um único país encoraja a ignorância a respeito do que se passou em outras partes e estimula conclusões distorcidas, com certo viés nacionalista. Desde longa data, porém, os fluxos e intercâmbios entre diferentes sociedades eram já frequentes e intensos demais. Não por outra razão, transformações culturais semelhantes relativas aos lazeres se manifestavam simultaneamente em vários locais.

Referências

- ALBRECHT, Classen (ed.). *Pleasure and Leisure in the Middle Ages and Early Modern Age: Cultural-Historical Perspective on Toys, Games and Entertainment*. De Gruyter: Berlin: 2019.
- ARCANGELI, Alessandro. *Recreation in the Renaissance: Attitudes towards Leisure and Pastimes in European Culture, c.1425-1675*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- ATEHORTÚA, Cenedith Herrera. De retretas, prestidigitadores, circos, transformistas, cinematógrafos y toros. Notas para una historia de las diversiones públicas en Medellín, 1890-1910. *Historia y Sociedad*, n. 24, p. 161-188, 2013.
- BAILEY, Peter. *Leisure and class in Victorian England: rational recreation and the contest for control, 1830-1885*. New York: Routledge, 1987.
- BAIRD, Kenneth J. Popular leisure and industrialization: Kenneth J. Baird examines change and continuity in 19th-century British social history. *History Review*, n. 72, p. 33-37, 2002.
- BAKER, William J. The leisure revolution in Victorian England. *Journal of Sport History*, v. 6, n. 3, 1979.
- BAUDEMONT, Suzanne. A gentry, suas temporadas e seus ritos. In: CHARLOT, Monica; MARX, Roland (eds.). *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 76-83.
- BORSAY, Peter; FURNÉE, Jan Hein. Introduction. In: BORSAY, Peter; FURNÉE, Jan Hein (eds.). *Leisure cultures in urban Europe, c.1700-1870: A transnational perspective*. Manchester: Manchester University Press, 2016. p. 1-18.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru: Edusc, 2003.
- BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. *Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
- BRANTLINGER, Patrick. Mass media and culture in fin-de-siècle Europe. In: MIKULÁS, Teich; PORTER, Roy (eds.). *Fin de siècle and its legacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 98-113.

- BRIGGS, Asa. Mass entertainment: the origins of a modern industry. In: ANDERSON, Kym (ed.). *Australia's Economy in its International Context: the Joseph Fisher Lectures*, volume 2, 1956-2012. University of Adelaide Press, 2012. p. 49-76.
- BURKE, Peter. The Invention of Leisure in Early Modern Europe. *Past & Present*, n. 146, p. 136-150, Feb. 1995.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMPBELL, Colin *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- CHANDLER JR., Alfred. Fin de siècle: industrial transformation. In: MIKULÁS, Teich; PORTER, Roy (eds.). *Fin de siècle and its legacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 28-40.
- CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHICK, Garry. Anthropology / Pre-history of leisure. In: ROJEK, Chris; Shaw, Susan; Veal, A. J. (eds.). *A Handbook of Leisure Studies*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 41-54.
- CHICK, Garry. Leisure and culture: issues for an anthropology of leisure. *Leisure Sciences*, v. 20, p. 111-133, 1998.
- CLARK, Peter; HOUSTON, R. A. Culture and leisure, 1700-1840. In: CLARK, Peter (ed.). *The Cambridge urban History of Britain*, vol. II, 1540-1840. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 575-613.
- CONLIN, Jonathan. *Histórias de duas cidades: Paris e Londres e o nascimento da cidade moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CUNNINGHAM, Hugh. *Time, work and leisure: Life Changes in England Since 1700*. Manchester: Manchester University Press, 2016.
- DE VRIES, Jan de. The Industrial Revolution and the Industrious Revolution. *Journal of Economic History*, v. 54, n. 2, p. 249-270, 1994.
- DIAS, Cleber. Mercantilização do lazer no Brasil. *Licere*, v. 21, n. 2, p. 364-403, 2018.
- EISENBERG, Christiane; GESTRICH, Andreas (eds.). *Cultural Industries in Britain and Germany: Sport, Music and Entertainment from the Eighteenth to the Twentieth Century*. Augsburg: Wißner-Verlag, 2012.
- FREEMAN, Joshua. *Mastodontes: a história da fábrica e a construção do mundo moderno*. São Paulo: Todavia, 2019.
- FUMERO, Patricia. *El advenimiento de la modernidad en Costa Rica: 1850-1914*. Editorial Universidad de Costa Rica, 2005.

- GAY, Peter. *Guerras do prazer: a experiência burguesa, da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GERSHUNY, Jonathan. *Changing Times: Work and Leisure in Postindustrial Society*. New York: Oxford University Press, 2000.
- GUNN, Simon. How Manchester is amused: the cultural economy of the industrial city, 1860-1920. In: HESSLER, Martina; ZIMMERMANN, Clemens (eds.). *Creative urban milieus: historical perspectives on culture, economy, and the city*. Frankfurt / New York: Campus Verlag, 2008. p. 101-118.
- HAHN, H. Hazel. *Scenes of Parisian Modernity: culture and consumption in the Nineteenth-Century*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- HANÁK, Péter. *The Garden and the Workshop: Essays on the Cultural History of Vienna and Budapest*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- HARWICK, Julie. Sex and the (seventeenth-century) city: a research note towards a long history of leisure. *Leisure Studies*, v. 27, n. 4, Oct. 2008.
- HEMMINGS, Frederic William John. *The Theatre Industry in Nineteenth-Century France*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- HORN, Pamela. *Pleasures and Pastimes in Victorian Britain*. Gloucestershire: Amberley, 2012.
- JONES, Gareth Stedman. *Languages of class: studies in English working class history, 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JUDD, Mark. “The Oddest Combination of Town and Country”: Popular Culture and the London Fairs, 1800-1860. In: WALTON, John K.; WALVIN, James (eds). *Leisure in Britain, 1780-1939*. Manchester: Manchester University Press, 1983. p. 11-30.
- JUST, Peter. Time and Leisure in the Elaboration of Culture. *Journal of Anthropological Research*, v. 36, n. 1, p. 105-115, Spring 1980.
- KIRL, Gengiz. Coffehouses: leisure and sociability in Ottoman. In: BORSAY, Peter; FURNÉE, Jan Hein (eds.). *Leisure cultures in urban Europe, c. 1700–1870: A transnational perspective*. Manchester: Manchester University Press, 2016. p. 161-182.
- LOWERSON, John; MYERSCOUGH, John. *Time to Spare in Victorian England*. Brighton: Harvester Press, 1977.
- MALCOLMSON, Robert W. *Popular Recreations in English Society, 1700-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

- MALLEY, Michael O'. Time, work and Task Orientation: a Critique of American historiography. *Time and Society*, v. 1, n. 3, p. 341-358, 1992.
- MALLINCKRODT, Rebekka von; SCHATTNER, Angela (eds.). *Sports and Physical Exercise in Early Modern Culture: new perspectives on the History of Sports and Motion*. New York / London: Routledge, 2016.
- MARFANY, Joan-Lluis. The invention of leisure in early modern Europe. *Past and Present*, v. 156, n. 1, p. 174-191, Aug. 1997.
- MARGETSON, Stella. *Leisure and Pleasure in the Nineteenth Century*. New York: Coward-McCann, 1969.
- MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade de (orgs.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, J. H. *The birth of a consumer society: the commercialization of eighteenth-century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.
- MEDEIROS, Felipe Lima de; PRADO, Luiz Carlos Delorme. A Teoria Protoindustrial: origem, desenvolvimento e atualidade. *Estudos Econômicos*, v. 49, n. 1, p. 131-161, 2019.
- MELLER, Hellen E. *Leisure and the Changing City, 1870-1914*. London: Routledge / Kegan Paul, 1976.
- MELTON, James van Horn. *The Rise of the Public in Enlightenment Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- MESTYAN, Adam. Music and power in Cairo: Azbakiyya. *Urban History*, v. 40, Special Issue 4, p. 681-704, Nov. 2013.
- MINGE-KLEVANA, Wanda. Does Labor Time Decrease with Industrialization? A Survey of Time-Allocation Studies. *Current Anthropology*, v. 21, n. 3, p. 279-298, 1980.
- MOKYR, Joel. La revolución industrial y la nueva historia económica. *Revista de Historia Económica*, v. 5, n. 3, p. 441-482, 1987.
- MOKYR, Joel. The Industrial Revolution and the New Economic History. In: MOKYR, Joel (ed.). *The Economics of the Industrial Revolution*. New York / London: Routledge, 2018.
- MUÑOZ CABREJO, Fanni. *Diversiones públicas en Lima, 1890-1920: la experiencia de la modernidad*. Lima: Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú, 2001.
- O'MALLEY, Michael. Time, work and task orientation: a critique of American historiography. *Time & Society*, v. 1, n. 3, p. 341-358, 1992.
- PARSONS, Deborah Longworth. *A Cultural History of Madrid: Modernism and the Urban Spectacle*. Oxford / New York: Berg, 2003.

- PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. São Paulo: Intrínseca, 2020.
- PLATT, Len; BECKER, Tobias; LINTON, David (eds.). *Popular musical theatre in London and Berlin, 1890-1939*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- PLUMB, J. H. The commercialization of leisure. In: MCKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, J. H. *The birth of a consumer society: the commercialization of eighteenth-century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982. p. 265-285.
- POMERANZ, Kenneth. *A grande divergência: a China, a Europa e a formação da economia mundial moderna*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- PORTER, Roy. Os ingleses e o lazer. In: CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres*. Lisboa: Teorema, 2001. p. 19-58.
- REID, Douglas A. 'Mass Leisure' in Britain. In: MOORE, Bob; NIEROP, Henk van (eds.). *Twentieth-Century Mass Society in Britain and the Netherlands*. Oxford / New York: Berg, 2006. p. 132-162.
- REID, Douglas A. Playing and praying. In: DAUNTON, Martin (ed.). *The Cambridge Urban History of Britain, v. III, 1840-1940*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 745-809.
- RUIZ PATIÑO, Jorge Humberto. *Las desesperantes horas de ocio: tiempo y diversión en Bogotá (1849-1900)*. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales). Ciudad de México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2017.
- RYABOVA, Svetlana. Investigating Modernity through the Lens of a Recreation Venue: Pleasure Gardens in Late Imperial St. Petersburg and Moscow. *Popular Entertainment Studies*, v. 8, n. 2, p. 38-53, 2017.
- SCHOR, Juliet B. Overturning the Modernist Predictions: Recent Trends in Work and Leisure in the OECD. In: ROJEK, Chris; Shaw, Susan; Veal, A. J. (eds.). *A Handbook of Leisure Studies*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 203-215.
- SCHORSKE, Carl Emil. *Viena fin de siècle: política e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.
- SCOTT, David. Modernity that Predated the Modern: Sidney Mintz's Caribbean. *History Workshop Journal*, v. 58, n. 1, p. 191-210, 2004.
- SCOTT, Derek B. *Sounds of the Metropolis: the 19th Century Popular Music Revolution in London, New York, Paris and Vienna*. Oxford / New York: Oxford University Press, 2008.
- SILVA, João. *Entertaining Lisbon: Music, Theater, and Modern Life in the Late 19th Century*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- SOLANO DE LAS AGUAS, Sergio Paolo. Trabajo y ocio en el caribe colombiano, 1880-1930. *Historia y Cultura*, n. 3, p- 61-76, 1995.

- SPRACKLEN, Karl. *Constructing leisure: historical and philosophical debates*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- THOMAS, Keith. Work and leisure in pre-industrial society. *Past and Present*, n. 29, p. 50-66, Dec. 1964.
- THOMPSON, Eduard Palmer. Time, work discipline and industrial capitalism. *Past and Present*, v. 38, p. 56-97, 1967.
- TOMKA, Béla. *A social history of Twentieth-Century Europe*. London / New York: Routledge, 2013.
- VOTH, Hans-Joachim. *Time and work in England, 1750-1830*. New York / Oxford: Clarendon Press / Oxford University Press, 2000.
- WALVIN, James. *Leisure and Society, 1830-1950*. London: Addison-Wesley Longman, 1978.
- WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WHITE, Claire. *Work and Leisure in Late Nineteenth-Century French Literature and Visual Culture: time, politics and class*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- WHITROW, G. J. *O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- YAMOMO, meLê. *Theatre and Music in Manila and the Asia Pacific, 1869-1946: sounding Modernities*. London / New York: Palgrave Macmillan, 2018.